

# DIFERIMENTO DOS INSUMOS DO AGRO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

---

## O que o artigo 138 da LC 214/2025 faz?

Em poucas palavras, esse artigo estabelece uma série de benefícios fiscais para os **insumos agropecuários e aquícolas**. O objetivo é reduzir a carga tributária sobre esses produtos essenciais para a produção no campo.

Ele age em duas frentes principais:

1. **Redução de alíquota (60%):** A alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) é reduzida em 60% para os insumos listados no Anexo IX da Lei Complementar.
  2. **Diferimento do recolhimento:** Em algumas operações específicas, o pagamento do IBS e da CBS não é feito no momento da compra, mas sim "adiado" para uma etapa posterior da cadeia produtiva.
- 

## Detalhando cada ponto do artigo

### 1. Redução da alíquota (caput e § 1º)

O texto principal (caput) afirma que os insumos agropecuários e aquícolas terão a alíquota do IBS e da CBS reduzida em **60%**. No entanto, essa redução não é automática. O parágrafo 1º (§ 1º) deixa claro que o benefício só se aplica se o produto estiver devidamente **registrado no Ministério da Agricultura e Pecuária**. Isso evita que a redução seja aplicada a produtos que não se enquadram como insumos agrícolas.

### 2. Diferimento do recolhimento (§ 2º)

Aqui a coisa fica um pouco mais complexa, mas vamos simplificar. O diferimento é uma forma de não-incidência tributária no momento da operação. Em vez de pagar o imposto na compra, o recolhimento é adiado para o próximo passo da cadeia, ou até mesmo dispensado em alguns casos.

O diferimento se aplica nas seguintes situações:

- **Fornecimento de um contribuinte para outro:** Quando uma empresa que paga IBS/CBS vende insumos para outra que também é contribuinte. O pagamento do imposto fica suspenso.
- **Fornecimento para produtor rural não contribuinte:** Quando um fornecedor vende insumos para um produtor rural que não paga IBS/CBS. O diferimento só se aplica se esse produtor rural usar os insumos para produzir bens que, quando vendidos, gerem **créditos presumidos** para os compradores. O parágrafo 3º (§ 3º) reforça essa condição, limitando o diferimento à porção de insumos que se encaixa nesse caso.
- **Importação:** O mesmo esquema vale para a importação. O diferimento se aplica quando a importação é feita por um contribuinte ou por um produtor rural não contribuinte, seguindo as mesmas regras de uso do produto.

### 3. Encerramento do diferimento e recolhimento (§§ 5º a 9º)

O diferimento não dura para sempre. Os parágrafos 5º a 9º explicam quando e como o imposto "suspenso" deve ser pago.

- **Quando o diferimento "acaba"?** Ele é encerrado quando o insumo é fornecido em uma operação que não se encaixa nas regras de diferimento, quando a operação é isenta, não tributada ou com alíquota zero, ou quando a venda é feita sem nota fiscal.
- **Quem paga o imposto?** O parágrafo 6º (§ 6º) deixa claro que a responsabilidade é de quem realiza a operação que encerra o diferimento. Ou seja, se o imposto foi suspenso na compra, quem vende o produto final (ou o próprio insumo, se for o caso) é quem deve recolher o imposto.
- **Casos específicos:** O parágrafo 8º (§ 8º) traz um alívio: se o imposto foi diferido e o próximo passo da cadeia for uma operação que permite a apropriação de crédito (ou seja, o comprador pode usar o imposto pago para abater de outros impostos), o recolhimento do imposto diferido é **dispensado**.
- **Produtor rural não contribuinte:** Para os casos em que o diferimento beneficia o produtor rural não contribuinte, o parágrafo 9º (§ 9º) explica que o imposto será "recuperado" através da **redução dos créditos presumidos** que o comprador do produto final teria direito.

#### 4. Revisão da lista de insumos (§ 10)

O parágrafo 10º (§ 10) garante que a lista de insumos que recebem os benefícios (Anexo IX) não é fixa. A cada 120 dias, o Ministro da Fazenda e o Comitê Gestor do IBS podem revisar a lista para incluir novos produtos que tenham a mesma finalidade dos já existentes ou que sejam usados na fabricação de defensivos agrícolas.

---

#### Resumo para levar com você

- **Finalidade:** Reduzir impostos sobre insumos agropecuários e aquícolas.
- **Benefícios:**
  - **Redução de 60%** nas alíquotas do IBS e da CBS.
  - **Diferimento (adiamento)** do pagamento desses impostos em certas operações.
- **Condições:**
  - O produto deve estar registrado no Ministério da Agricultura.
  - O diferimento tem regras específicas de quem vende, quem compra e qual o uso final do produto.
- **Fechamento do ciclo:** O imposto diferido será pago por quem realizar a próxima operação da cadeia, a menos que a operação final se encaixe em uma das regras de dispensa.

Espero que essa análise ajude a clarear o texto. Se ainda houver alguma parte confusa, pode perguntar!

## DIFERIMENTO DOS INSUMOS DO AGRO NA REFORMA TRIBUTÁRIA



**DAVI FINOTTI FERREIRA**

Advogado Franco Leutewiler Henriques  
Advogados. Professor FIPECAFI



**RAFAEL MOUMDJIAN**

Professor convidado da FGV e do Centro  
Educativo BSSP. Head de Impostos Indiretos,  
Previdenciário e LTO do Syngenta Group.



**MARCELO GUARITÁ**

Professor ESALQ/USP, IBET e APET.  
Sócio do Peluso, Guaritá, Borges e  
Rezende Advogados.



**PEDRO GUILHERME G. DE SOUZA**

Advogado, Mestre (USP),  
coordenador do comitê  
tributário da SRB

**REUNIÃO ONLINE**

**29 DE AGOSTO - 9H**



INFORMAÇÕES:  
**(11) 97737-1537**  
[srb@srb.org.br](mailto:srb@srb.org.br)